

PROCESSO SELETIVO

VAGAS RESIDUAIS 2011

UFBA



16

TEORIA GERAL DO DIREITO
DIREITO CONSTITUCIONAL
REDAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAD

SSOA – Rua Dr. Augusto Viana, 33 – Canela – Cep. 40110-160 – Salvador Ba

Telefax (71) 3283-7820 – ssoa@ufba.br

www.vagasresiduais.ufba.br

INSTRUÇÕES

Para a realização das provas, você recebeu este Caderno de Questões, uma Folha de Respostas para as Provas I e II e uma Folha de Resposta destinada à Redação.

1. Caderno de Questões

- Verifique se este Caderno de Questões contém as seguintes provas:
Prova I: TEORIA GERAL DO DIREITO — Questões de 01 a 35
Prova II: DIREITO CONSTITUCIONAL — Questões de 36 a 70
Prova de REDAÇÃO
- Qualquer irregularidade constatada neste Caderno de Questões deve ser imediatamente comunicada ao fiscal de sala.
- Nas Provas I e II, você encontra apenas um tipo de questão: objetiva de proposição simples. Identifique a resposta correta, marcando na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

ATENÇÃO: Antes de fazer a marcação, avalie cuidadosamente sua resposta.

LEMBRE-SE:

- A resposta correta vale 1 (um), isto é, você **ganha** 1 (um) ponto.
- A resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto), isto é, você **não ganha** o ponto e ainda **tem descontada**, em outra questão que você acertou, essa fração do ponto.
- A ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero). Você **não ganha nem perde** nada.

2. Folha de Respostas

- A Folha de Respostas das Provas I e II e a Folha de Resposta da Redação são pré-identificadas. Confira os dados registrados nos cabeçalhos e assine-os com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**, sem ultrapassar o espaço próprio.
- **NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE, NÃO RASURE** ESSAS FOLHAS DE RESPOSTAS.
- Na Folha de Respostas destinada às Provas I e II, a marcação da resposta deve ser feita preenchendo-se o espaço correspondente com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**. Não ultrapasse o espaço reservado para esse fim.

Exemplo de Marcação
na Folha de Respostas

01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	F
02	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V
03	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	F
05	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V

- O tempo disponível para a realização das provas e o preenchimento das Folhas de Respostas é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos.
-

ESTAS PROVAS DEVEM SER RESPONDIDAS PELOS CANDIDATOS
AO SEGUINTE CURSO:

- DIREITO

PROVA I — TEORIA GERAL DO DIREITO

QUESTÕES de 01 a 35

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **01** a **35**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

QUESTÕES 01 e 02

A doutrina institucionalista (teoria do direito como instituição) representa uma reação ao estatalismo. Ela é uma das tantas maneiras pelas quais os teóricos do direito e da política tentaram resistir à invasão do Estado. (BOBBIO, 2008, p. 32).

A análise do texto permite concluir:

Questão 01

Norberto Bobbio, ao examinar a doutrina institucionalista, destaca três elementos constitutivos do conceito de direito: a sociedade como base de fato, a ordem como fim a que tende e a organização como meio para realizar a ordem.

Questão 02

A teoria estatalista da norma jurídica é produto histórico da formação dos grandes estados modernos, erigidos sobre a dissolução da sociedade medieval, por meio de um processo denominado de monopolização da produção jurídica.

Questão 03

Considerando-se a generalidade, a abstração, a individualidade e a concretude como caracteres das normas jurídicas, pode-se concluir que existem normas gerais e abstratas, e individuais e concretas.

Questão 04

A lei, como fonte formal legislativa, é considerada a principal origem de direito positivo, mas não a única.

QUESTÕES de 05 a 08

Sobre a aplicação da lei pelo juiz, é correto afirmar:

Questão 05

Não há obrigatoriedade de atender aos fins sociais aos quais a lei se destina nem às exigências do bem comum.

Questão 06

Segundo a legislação e doutrina brasileiras, quando a lei for omissa, o juiz poderá decidir por analogia, levando em conta os costumes e os princípios gerais de direito e orientando-se pela equidade.

Questão 07

A sanção jurídica é uma consequência nem sempre prevista pela norma, enquanto a coação estatal é a sua aplicação efetiva segundo processos legais.

Questão 08

A interpretação gramatical ou literal é a principal técnica de interpretação estabelecida pela Escola da Exegese.

Questão 09

Na Escola Culturalista de Miguel Reale, a interpretação jurídica é predominantemente de natureza teleológica, fundada na consistência valorativa do Direito, reconhecendo-se o papel de criação real do aplicador no processo hermenêutico.

Questão 10

Para o sociologismo jurídico, é a corrente do pluralismo jurídico que defende o monopólio do Estado na produção de normatividade.

Questão 11

A relação jurídica é um tipo de relação social especialmente regulada por norma jurídica, que possui o Estado como sujeito ativo.

Questão 12

A classificação da Teoria Geral do Direito como Enciclopédia Jurídica, Filosofia Jurídica ou Ciência do Direito é correta, devido à sua pluralidade epistemológica e metodológica.

Questão 13

No Estado contemporâneo, a gênese das normas está relacionada com um complexo processo decisório, por meio do qual as instituições políticas, no exercício de uma função hierárquica de gestão de conflitos na sociedade, convertem ideias de grupos hegemônicos em decisões públicas.

QUESTÕES de 14 a 16

Os conhecimentos sobre Hans Kelsen e a *Teoria Pura do Direito* permitem afirmar:

Questão 14

A proposição *A eficácia é uma condição de validade, mas não é esta mesma validade é equivalente a dizer que toda norma válida é eficaz, independentemente da realidade concreta.*

Questão 15

Nessa obra, o autor identifica uma diferença entre os conceitos de validade e vigência da norma jurídica, com base no conteúdo da norma.

Questão 16

Para Kelsen, a ciência do Direito não pode ser claramente diferenciada das ciências que estudam os fatos nem do todo do sistema de normas — de moral ou direito natural — com o qual se pode confundi-lo ou ao qual se pode subordiná-lo.

Questão 17

A divisão do Direito em Público e Privado é oriunda do surgimento do Estado moderno.

O Direito do Trabalho é ramo do Direito Público, pois disciplina, principalmente, as relações entre as empresas e o Estado.

Questão 18

Um jornal veiculou uma notícia divulgando a possibilidade de um juiz, titular da Vara do Trabalho de uma cidade no interior de um estado brasileiro, ser aposentado compulsoriamente pelo Tribunal Regional do Trabalho daquela região.

Pelo exposto, conclui-se que há uma sanção social aplicada ao juiz.

Questão 19

É princípio assente que o efetivo uso dos meios coercitivos por parte do Estado não deve causar maior mal do que aquele que se quis evitar, ou um mal desproporcional ao benefício causado.

Questão 20

Direito subjetivo, para a Teoria da Vontade, é poder da vontade reconhecido pela ordem jurídica, e, para a Teoria do Interesse, é interesse juridicamente protegido.

Questão 21

Na classificação das correntes jusnaturalistas, encontra-se a Teoria do Direito Natural de conteúdo variável.

Questão 22

Em síntese simplificadora relativa ao sociologismo jurídico, são características do Direito o emprego da lógica-formal, a racionalidade da lei e a neutralidade do intérprete.

Questão 23

Reza o inciso VI do Art. 34 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB —, que constitui infração disciplinar advogar contra literal disposição de lei, presumindo-se a boa-fé quando fundamentado na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior.

Estão presentes, nesse artigo, fundamentos para uma das principais teses do jusnaturalismo.

Questão 24

No Brasil, a Teoria Crítica do Direito teve como ponto de partida a denúncia do Direito como instância de poder e instrumento de dominação de classe, enfatizando o papel da ideologia na ocultação e legitimação dessas relações.

Questão 25

O positivismo pretendeu ser uma *teoria* do Direito, na qual o estudioso assumisse uma atitude cognoscitiva fundada em juízos de valor.

Questão 26

Os principais acusados de Nuremberg — Alemanha —, após a Segunda Guerra Mundial, invocaram o cumprimento da lei e a obediência a ordens emanadas da autoridade competente.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a ideia de um ordenamento jurídico indiferente a valores éticos e da lei como estrutura meramente formal não tinha mais a mesma aceitação no pensamento jurídico.

Questão 27

Visto que toda norma, quando prevê uma sanção, pode ser formulada por um *juízo hipotético* e que a sanção pressupõe a violação a uma norma, pode-se concluir que as sanções moral e social são sempre menos eficazes.

Questão 28

A Teoria Ecológica do Direito defende a sua bilateralidade essencial, caracterizando-o como conduta em interferência intersubjetiva.

Questão 29

Por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal — STF — decidiram pelo reconhecimento da união estável para casais homossexuais.

Nesse sentido, considerando-se a Teoria das Fontes, pode-se afirmar que a jurisprudência, ao lidar com fatores sociais, pode ser considerada fonte material de direito.

Questão 30

O costume como fonte formal, não estatal subsidiária, mesmo havendo continuidade, uniformidade, diuturnidade, obrigatoriedade, não pode ser alegado em juízo pela dificuldade probante.

Questão 31

Um Juiz do Trabalho registra, na sala de audiência da Vara de Trabalho que preside, que não realizará uma audiência prevista para aquela tarde, uma vez que o reclamante — o trabalhador — estava trajando chinelo de dedos, calçado considerado incompatível com a dignidade do Poder Judiciário.

Essa decisão contraria a tese básica da sociologia jurídica, que recomenda análise dos fatos e contexto social na aplicação das normas.

Questão 32

O sociologismo jurídico, representado por Léon Duguit, pretende basear a ciência jurídica na observação dos fatos sociais.

Questão 33

Entre as reflexões da Escola do Direito Livre sobre o positivismo jurídico está a crítica ao dogma da completude do ordenamento jurídico, defendendo, dessa forma, o poder criativo do juiz.

Questão 34

A interpretação sistemática é aquela cujos argumentos se baseiam no pressuposto de que as normas de um ordenamento constituem um sistema ordenado por valores.

Questão 35

Sobre elaboração e aplicação das leis, pode-se afirmar que **não pode** ser considerada nova lei a correção referente a texto de lei já em vigor.

PROVA II — DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES de 36 a 70

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **36** a **70**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;
F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 36

As cláusulas pétreas se traduzem em normas constitucionais imutáveis, não estando sujeitas aos limites do poder reformador.

Questão 37

O Art. 178 da Constituição Imperial Brasileira de 1824 estabelecia o seguinte:

É só Constitucional o que diz respeito aos limites, e atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos, e individuais dos Cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias.

A leitura do Art. 178 e os conhecimentos referentes às constituições brasileiras permitem concluir que a única semirrígida foi a de 1824.

Questão 38

Considerando-se que o STF — Supremo Tribunal Federal — pode declarar inconstitucionalidade de norma introduzida pelo poder reformador, é correto afirmar que o controle de constitucionalidade de normas constitucionais é possível.

Questão 39

É dever de ofício do magistrado declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de toda lei ou ato normativo que confrontar a Constituição, mesmo que não seja provocado.

Questão 40

De acordo com o texto constitucional em vigor, o brasileiro nato, em nenhuma hipótese, poderá ser extraditado.

Questão 41

De acordo com a Constituição Federal, de 1988 — CF/88 —, também são considerados brasileiros natos, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e façam a opção, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Questão 42

Reza o texto do § 4º do Art. 18 da CF/88, — que trata da organização político-administrativa da República Federal e dos Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição — o seguinte:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

A Emenda Constitucional nº 15/1996, que modificou o texto originário do Art. 18, § 4º da CF/88, foi promulgada para incentivar a criação de novos municípios, de forma a promover a redução das desigualdades sociais e regionais.

Questão 43

Os territórios federais **não são considerados** entes federativos, já que integram a Administração da União.

Questão 44

A partir da Constituição de Getúlio Vargas, de 1934 — que foi influenciada pelas Constituições do México, de Weimar e de Salazar, de 1917, 1919 e 1933, respectivamente —, os textos constitucionais brasileiros passaram a apresentar capítulo específico para os direitos sociais, adotando também a orientação do *Welfare State* norte-americano no seu preâmbulo.

Questão 45

Quando houver omissão da União no que se refere à legislação sobre matéria de competência privativa, é permitido aos Estados-membros e ao Distrito Federal o exercício da competência legislativa plena.

Questão 46

O Estado da Bahia não intervirá no município de Salvador, salvo, apenas, quando o Tribunal de Justiça der provimento à ação interventiva proposta pelo Procurador-Geral de Justiça, visando assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição do Estado da Bahia, de 1989.

Questão 47

De acordo com o entendimento do STF, as leis orgânicas municipais também procedem do exercício do poder decorrente, pois são equiparadas às Constituições Estaduais e devem ser aprovadas pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, bem como votadas e discutidas em dois turnos, observando-se o intervalo mínimo de dez dias.

Questão 48

Embora ao Distrito Federal sejam atribuídas as competências legislativas estaduais e municipais, deverá a lei federal dispor sobre a utilização das Polícias civil e militar e do Corpo de Bombeiros militar pelo governo do Distrito Federal.

QUESTÕES 49 e 50

— Se te referes à confissão, ah, isso confessaremos. Todo mundo sempre confessa. Não podes evitar. Eles torturam a gente.

— Não, não é confessar. Confissão não é traição. O que digas ou faças não importa. O que importa são os sentimentos. Se conseguirem me obrigar a deixar de te amar... isso seria traição.

Ela raciocinou.

— Isso não podem fazer. É a única coisa que não podem. Podem te fazer dizer qualquer coisa... *tudo*... mas não podem te obrigar a acreditar. Não penetram na gente.

— Não — ele concordou um pouco mais esperançado. — É verdade. Não penetram na gente. Se podes *sentir* que vale a pena continuar humano, mesmo que isso não dê o menor resultado, terás vencido os torturadores. (ORWELL, 2004, p. 161).

A análise do diálogo entre os personagens Winston e Júlia, da obra “1984”, e os conhecimentos sobre direitos fundamentais permitem afirmar:

Questão 49

Cada vez mais a frustração referente à efetividade dos direitos fundamentais — a segurança, por exemplo — motiva políticas públicas que interferem nas liberdades do cidadão, tais como a vigilância permanente, através de câmeras de vídeo, inclusive em espaços públicos.

Questão 50

A discussão sobre a figura do *Grande Irmão* orwelliano demonstra como o direito fundamental de resistência é indispensável à construção do estado democrático.

Questão 51

O direito à educação é direito fundamental social, que visa à garantia ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho.

Questão 52

Considerando-se as premissas orientadoras da Revolução Francesa, é possível relacionar direitos fundamentais às seguintes dimensões: a liberdade, à primeira dimensão, a fraternidade, à segunda dimensão e a igualdade, à terceira dimensão.

Questão 53

A proteção ao meio ambiente equilibrado é direito fundamental de segunda dimensão, uma vez que, para assegurar o bem-estar do indivíduo, são necessárias políticas públicas positivas do Estado.

Questão 54

A impossibilidade da contratação, por tempo determinado, de servidores públicos, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, justifica-se em virtude do princípio da impessoalidade basilar para a administração pública.

Questão 55

As pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Questão 56

Entre as funções típicas exercidas pelo Senado Federal, está a de processar e julgar o Presidente da República por crimes de responsabilidade, através do processo de *impeachment*.

Questão 57

No decorrer de suas atividades, as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão promover a quebra de sigilo bancário e fiscal dos investigados, pois elas têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Questão 58

A elaboração de emendas constitucionais, leis — complementares, ordinárias e delegadas —, medidas provisórias, decretos-leis e resoluções fazem parte do processo legislativo.

Questão 59

Segundo o STF, havendo a previsão na Constituição Estadual, o Governador do Estado poderá editar medida provisória.

Questão 60

Decorrido o prazo de 15 dias, o silêncio do Presidente da República importará a sanção tácita.

Questão 61

Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão chamados, sucessivamente, ao exercício da Presidência o Presidente do Senado, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

Questão 62

Um quinto dos lugares dos Tribunais de Justiça será composto por membros do Ministério Público, com mais de 15 anos de carreira, e por advogados de notório saber jurídico, com reputação ilibada e atuação efetiva na atividade profissional por igual período, todos indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Questão 63

Os juízes dos tribunais regionais eleitorais gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, entretanto não podem exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual tenham se afastado — por aposentadoria ou exoneração — antes de decorridos três anos.

Questão 64

No Brasil, uma das maiores críticas ao Poder Judiciário refere-se ao modelo que mantém a decisão sobre a composição dos seus quadros sob a influência do Poder Executivo, já que a escolha dos Ministros do STF é realizada pelo Presidente da República.

QUESTÕES 65 e 66

Se o *habeas corpus* for concedido, que sucederá? Presa e incomunicável continuará a paciente. Prosseguirá o inquérito, no qual a polícia vê fortes elementos para a condenação. O Poder Judiciário, tomando conhecimento das provas que a polícia afirma irrefragáveis contra a paciente, condena-la-á. Ficará assim Maria Prestes reduzida à condição de nada fazer de nocivo à ordem pública. Mas, embora presa e condenada, muito poderá fazer de útil, como esposa e mãe.

A presente petição não vai selada, nem devidamente instruída, porque a paciente se encontra absolutamente desprovida de recursos. O vestido que traz hoje é o mesmo que usava quando foi presa, e o pouco dinheiro, os valores e as roupas que a polícia apreendeu na sua residência até hoje não lhe foram restituídos. [...] O pedido do *habeas corpus* foi denegado à unanimidade pelos ministros do STF, alegando que o instituto do *habeas corpus* estava suspenso pelo estado de sítio e pelo estado de guerra decretados por Getúlio Vargas. (MORAIS, 1994, p. 167-168).

A análise do texto — referente a um trecho do *habeas corpus* impetrado pelo advogado Heitor Lima em favor de Olga Benário Prestes — e os conhecimentos sobre direitos fundamentais permitem afirmar:

Questão 65

Na forma da lei, as ações de *habeas corpus* e *habeas data* são gratuitas, assim como os demais atos necessários ao exercício da cidadania.

Questão 66

O *habeas corpus* — garantia constitucional que visa proteger o direito de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder — só poderá ser impetrado por advogado regularmente constituído pelo paciente.

Questão 67

Ao alegar imperativo de consciência, para se eximir de atividade de caráter essencialmente militar, o cidadão alistado deverá cumprir serviço alternativo, na forma da legislação pertinente.

Questão 68

O parlamentarismo brasileiro se inspirou no modelo norte-americano, legitimando a acumulação, na figura do Presidente da República, das atribuições de Chefe de Estado e de Chefe de Governo e, ao mesmo tempo, exercendo a iniciativa privativa, relacionada com a legislação de inúmeras matérias discriminadas na Constituição.

Questão 69

Considerando-se o princípio da separação dos poderes no Estado democrático de direito, o papel do juiz deve se limitar à interpretação literal da norma constitucional.

Questão 70

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, tendo, como competência, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis e, como princípios, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

PROVA DE REDAÇÃO

INSTRUÇÕES:

- Escreva sua Redação com caneta de tinta **AZUL** ou **PRETA**, de forma clara e legível.
- Caso utilize letra de imprensa, destaque as iniciais maiúsculas.
- O rascunho deve ser feito no local apropriado do Caderno de Questões.
- Na Folha de Resposta, utilize apenas o espaço a ela destinado.
- Será atribuída a pontuação ZERO à Redação que

- se afastar do tema proposto;
- for apresentada em forma de verso;
- for assinada fora do local apropriado;
- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade;
- apresentar texto incompreensível ou letra ilegível.

Os textos a seguir devem servir como ponto de partida para a sua Redação.

I.

Mas que coisa é homem,
que há sob o nome:
uma geografia?

um ser metafísico?
uma fábula sem
signo que a desmonte?

Como pode o homem
sentir-se a si mesmo,
quando o mundo some?

Como vai o homem
junto de outro homem,
sem perder o nome?

[...]

Como se faz um homem?

[...]

Quanto vale o homem?

Menos, mais que o peso?
Hoje mais que ontem?
Vale menos, velho?

Vale menos, morto?
Menos um que outro,
se o valor do homem

é medida de homem?
Como morre o homem,
[...]

Como vive o homem,
se é certo que vive?
Que oculta na frente?
[...]

Por que mente o homem?
mente mente mente
desesperadamente?
[...]

Para que serve o homem?
para estrumar flores,
para tecer contos?

para servir o homem?
para criar Deus?
Sabe Deus do homem?

E sabe o demônio?
Como quer o homem
ser destino, fonte?

Que milagre é o homem?
Que sonho, que sombra?
Mas existe o homem?

COUTINHO, Afrânio. (Org.) **Carlos Drummond de Andrade**: obra completa. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1964, p. 302-303. Fragmentos.

II.

Sempre me impressionou quanto persiste em nós o homem das cavernas, que precisava ser agressivo para sobreviver, ou nem suas crias nem suas fêmeas nem ele próprio resistiriam às inclemências do clima, dos animais ferozes, da escassez de recursos. Nós, às vezes, temos de recorrer àquele remanescente feroz que afinal povoou a Terra. Teimou em raciocinar, produzindo terror e melancolia; teimou em andar ereto, e passou a sofrer da coluna; teimou em ter poder e fazer política, e aí é que nos *ferramos*.

Não é fácil entender, mas para muitos o poder é essencial. Dominar os filhos, dominar os pais, dominar a parceira (o parceiro também, não vamos esquecer as esposas-megeras), dominar o outro que está no carro da frente, ou que ousa nos ultrapassar. O que conseguiu promoção, o que vendeu mais livros ou quadros, o que tem mais pacientes, o escritório maior. [...]

LUFT, Lia. Nós, os predadores. **Veja**. São Paulo: Abril, ed. 2212, ano 44, n. 15, 13 abr. 2011. p. 26.

Refleta sobre o conteúdo dos fragmentos dos textos **I** e **II** e, considerando sua experiência de vida e as mensagens neles contidas, produza um texto argumentativo/dissertativo sobre o tema: **O homem civilizou-se, mas continuam nele os olhos destrutivos?**

Recomendações:

- Discuta a questão do desenvolvimento tecnológico, da evolução pela qual o mundo vem passando e o seu reflexo sobre o ser humano.
- Analise o comportamento do ser humano no mundo contemporâneo: Está mais humano? Menos humano? Por quê?
- Posicione-se criticamente de forma embasada em experiências sabidas e/ou vividas.

R A S C U N H O

REFERÊNCIAS

Questões 01 e 02

BOBBIO, N. **Teoria da norma jurídica**. Tradução Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 4. ed. rev. Bauru-SP: Edipro, 2008. Adaptado.

Questões 49 e 50

ORWELL, G. **1984**. 29. ed. Tradução Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. Tradução de: *Nineteen Eighty-Four*.

Questões 65 e 66

MORAIS, F. **Olga**. 16. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Adaptado.



**Direitos autorais reservados. Proibida a reprodução,
ainda que parcial, sem autorização prévia da
Universidade Federal da Bahia - UFBA**